

Tentativa de aperfeiçoar o ensino

por Márcia Beatriz De Chiara
de São Paulo

Já existe em São Paulo um caso prático de tentativa de aprimoramento da qualidade de ensino na rede pública por meio da melhor capacitação dos professores. Trata-se do Grupo de Reelaboração de Ensino de Física (Gref) para professores que lecionam física em escolas de 2º grau. Esse grupo nasceu em 1983, dentro da Universidade de São Paulo, durante um curso de extensão universitária, do físico teórico e educador Luiz Carlos de Menezes, um dos pais do projeto, hoje coordenador da Comissão Especial de Coordenação de Atividades de Extensão (Cecae), da USP.

A constatação de que os professores, conteúdos e métodos de ensino são inadequados à clientela da escola pública no Brasil e que essa inadequação é uma das principais razões da elevada taxa de repetência, sobretudo nos primeiros anos de estudo, motivou o educador a desenvolver esse projeto.

Recente pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Administração (FIA) da USP revela que, em São Paulo, o índice de repetência é de 18,6% dos alunos matriculados no 1º grau, enquanto no 2º grau é de 11,12%. Para o Brasil como um todo, o índice médio de reprovação do 1º e 2º graus, em 1982, era de 21%, bem superior ao dos países do Primeiro Mundo.

A taxa de repetência na primeira série do 1º grau indica a gravidade do problema: 52,4% dos alunos matriculados no primeiro ano do ciclo básico são reprovados, segundo trabalho "Pedagogia da Repetência", de Sérgio Costa Ribeiro.

O Gref reúne hoje dez professores universitários e trinta professores aplicadores da rede estadual de ensino. Os professores aplicadores trazem para as reuniões os principais problemas enfrentados nas salas de aula, quanto ao método ou conteúdo da disciplina, explica Menezes. Com base nessas experiências, o grupo elabora um boletim para os docentes, cuja proposta é abordar o conteúdo da Física a partir do cotidiano do aluno. Esse boletim, editado pela USP, hoje atinge cerca de 1800 professores da rede pública, via mala direta.

Essa iniciativa, que tem por objetivo melhorar a qualidade dos docentes, não é única dentro da USP. Hoje já existem grupos voltados para a Química, Matemática e Biologia que seguem metodologia semelhante.

O atual secretário estadual de Educação, Fernando Moraes, já mostrou interesse em encampar o programa de recuperação dos professores da rede pública, hoje financiado por organismos de pesquisa, num trabalho conjunto com as universidades. Nesse sentido, os primeiros passos, conta Menezes, já foram dados e houve uma reunião da Secretaria da Educação com repre-

sentantes das três universidades estaduais de São Paulo: USP, Unesp e Unicamp.

Na avaliação do educador Menezes, os resultados obtidos através do Gref têm sido animadores: metade dos professores aplicadores, por exemplo, já estão cursando o Mestrado. O grande problema da capacitação dos docentes da rede pública é que a maior parte deles cursou o 3º grau em escolas privadas, cuja qualidade é indiscutivelmente inferior em relação à universidade pública, explica Menezes. O círculo se fecha, diz ele, quando os alunos melhor preparados que concluíram a licenciatura nas universidades públicas vão trabalhar nas escolas privadas de elite, onde os salários são superiores em relação às escolas do governo.

Uma das grandes questões em pauta na educação é de como alocar recursos escassos para a melhoria na qualidade do ensino que, em última instância, tem reflexos, a longo prazo no desenvolvimento econômico do País. "Não há desenvolvimento econômico sem a educação", afirma Menezes. Para ele, todo sistema produtivo moderno tende a desvalorizar ou rejeitar o trabalho não qualificado. Este mesmo sistema, afirma, cada vez mais suplanta em qualidade e quantidade os competidores que se baseiam em mão-de-obra barata ou na predação de recursos naturais. "A competitividade baseada na superexploração do trabalho ou no extrativismo bruto tem os dias contados", completa.